

ENTRE VISTA DE Quinta

‘Nosso trabalho não vai acabar até 2030’

Silvio Contart, presidente do Instituto 2030, afirma que é preciso fomentar a transparência e vê Ribeirão “muito atrasada” em alguns setores, como transparência e educação



Silvio Contart, presidente do Instituto 2030: transparência e educação no alvo

KARYLA ROMERO
redacao@jornalribeirao.com.br

Falta de transparência. Esse é o grande calcanhar de Aquiles de Ribeirão Preto. A opinião é do presidente do Instituto Ribeirão 2030, o arquiteto urbanista Silvio Contart, que está entre os nomes que hoje tentam pressionar o poder público de Ribeirão Preto a sair do improviso e encarar discussões estruturais.

Sócio da Contar&Taka-no Arquitetura e Urbanismo Ltda. e da Vila do Ipê Empreendimentos Ltda, o arquiteto acredita que é preciso maior participação da sociedade civil, sendo o Instituto 2023 um dos instrumentos sociais de controle do poder público.

“O Instituto foi criado em 2018. Lançamos nosso olhar sobre temas de extrema relevância. Mas nosso trabalho, há ficou claro, não será finalizado até 2030. Ribeirão ainda está muito atrasada em alguns setores”, avalia.

Analisando especificamente três frentes que se cruzam diretamente: transparência, educação e planejamento urbano, Contart afirmou, na entrevista ao Jornal Ribeirão, Contart diz que a cidade continua presa a métodos ultrapassados de administração, critica a participação social meramente protocolar e defende que, sem dados públicos acessíveis e sem debate de qualidade, não há política pública séria.

Contart também declarou, ainda, que é preciso ampliar o palco dos debates e que a entidade avalia retomar ou ampliar iniciativas como o Prêmio Nicola Tornatore de Jornalismo. Confira os principais pontos da entrevista.

JORNAL RIBEIRÃO - Como o Instituto pretende ampliar sua relevância no debate público de Ribeirão?

Silvio Contart - Isso depende muito de comunicação, tanto com os mantenedores e participantes do Instituto quanto com a sociedade em geral. Hoje, a gente concentrou a atuação em três eixos: transparência, que está no DNA do Instituto; educação, que infelizmente piorou na cidade nos últimos anos; e planejamento urbano, com a defesa de uma estrutura independente para pensar Ribeirão a longo prazo, sem ficar subordinada apenas ao governo da vez.

Como levar a população para esse debate e fazer com que ela realmente influencie políticas públicas?

Esse é um ponto central. Muitas vezes, a chamada gestão democrática existe só para cumprir tabela. As audiências públicas acabam sendo inócuas porque as pessoas não chegam ao debate com clareza sobre o que está em discussão. Eu costumo brincar que, antes da liturgia, precisa haver catequese. É preciso explicar o tema, dar repertório, preparar a população para participar de forma produtiva.

Esse problema aparece também na educação?

Sem dúvida. Pais, famílias e alunos precisam entender que o foco principal da escola tem de ser o aprendizado. Não basta olhar apenas para merenda, uniforme ou estrutura física. O resultado precisa ser medido. E, hoje, a forma objetiva de fazer isso é pelos índices e pela comparação com outras cidades.

Se outras redes evoluem e a municipal não acompanha, alguma coisa está errada e precisa ser discutida com seriedade.

A família é importante nesse contexto?

Tem os pais, as famílias, os alunos; todos esses atores precisam entender que o que a gente busca é melhoria no aprendizado. Ribeirão tem, hoje, uma educação muito ruim. E a gente forma, cada vez mais, cidadãos despreparados, inclusive para pensar politicamente. A gente não tem que pensar na escola como um lugar para ter uma refeição ou ganhar um uniforme. O aprendizado, o resultado desse trabalho, é o aprendizado do aluno.

Infelizmente, a única forma que a gente tem de medir isso é por meio dos índices. E a forma que a gente tem de saber a eficiência desse processo é comparar com os índices de outras cidades. E é isso que a gente tem feito. Pode ser que estejam tentando fazer coisas aqui que não estão dando certo. Como a gente sabe disso? Comparando com outras cidades. E é engraçado porque a gente vê resultados positivos. Na rede estadual, por exemplo, a região de Ribeirão foi uma das que melhor se desempenhou. Como é que a gente consegue isso na rede estadual e não consegue na municipal?

O Instituto foi criticado por posições recentes, algumas divergindo inclusive com outras instituições. Como lida com essas reações?

O ponto mais polêmico tem sido a transparência. Quando o Instituto cobra informação pública, currículo de comissionados, acesso a dados e critérios objetivos, incomoda. Mas a gente está brigando pelo básico. Não se trata de ataque pessoal nem de interferir diretamente na gestão. Trata-se de apontar problemas, provocar dis-

cussão e defender que a sociedade tenha condições de acompanhar e cobrar.

Há uma reação corporativa quando vocês entram em temas como educação?

Muitas vezes, sim. Qualquer crítica é recebida como algo pessoal, quando não deveria ser. O ideal seria haver cumplicidade, não antagonismo. Se alguém acha que o diagnóstico está errado, então que venha para o debate, apresente dados, ajude a construir soluções. Ficar só na defensiva, arumando desculpas, atrasa ainda mais a recuperação de um setor tão delicado.

Falta transparência também no acesso aos dados?

Muito. Às vezes, os dados não são publicados; quando são, vêm com atraso ou em formato ruim, o que dificulta qualquer análise mais séria. Se a administração diz que quer participação social, precisa oferecer informação de forma clara, acessível e manipulável. Sem dados, não existe controle social de verdade.

Isso vale também para o planejamento urbano?

Totalmente. Como se planeja uma cidade sem dados consistentes sobre vazios urbanos, mobilidade, ocupação, obsolescência de imóveis, expansão e demanda? Primeiro é preciso levantar isso com qualidade. Depois, publicar e discutir com a sociedade. Do jeito que muitas audiências são feitas hoje, com textos enormes e linguagem pouco acessível, o debate se perde.

O que mudou no Instituto desde a fundação?

No começo, a gente olhava para um conjunto maior, com 27 temas, seguindo o preconizado pela Organização das Nações Unidas. Com

o tempo, foi ficando claro que era preciso afunilar para dar mais consistência à atuação.

Hoje, a gente trabalha de forma mais integrada nesses três eixos principais: planejamento, educação e transparência. Os problemas da cidade são muitos, mas, sem foco, a gente não consegue aprofundar e colaborar de maneira efetiva.

Ribeirão Preto está mais perto de 1990 ou de 2030?

Depende do setor, mas a gestão pública ainda está atrasada. A participação social cresceu, a sociedade está mais disposta a influir, mas o poder público ainda é muito fechado, muito hermético. Falta reconhecer a participação civil organizada como algo legítimo e necessário.

E o Instituto Ribeirão 2030 vai até 2030?

Pelo ritmo das coisas, provavelmente não. Vai ser preciso ir além. Ou a gente muda o nome, ou encontra outra forma, mas é evidente que o trabalho não se encerra em 2030. Ainda há muito a fazer. Vamos jogar lá para 2050, sei lá. Porque o assunto não vai acabar.

Agora uma pergunta feita pelo nosso editor-chefe, Eduardo Schiavoni, o último vencedor do Prêmio Nicola Tornatore de Jornalismo Investigativo. O Instituto pretende voltar com o prêmio?

Olha, isso é um projeto que a gente considera, sim, mas a gente ainda não tem isso programado. Porque existe até uma cobrança interna no Instituto sobre essa questão e, inclusive, sobre a possibilidade de criar outros prêmios também. Mas a gente ainda não planejou um calendário para isso.